



**ATA 1887ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA
DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 6ª REGIÃO**

1 Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e dezesseis, às dezenove horas e
2 cinquenta minutos, realizou-se a milésima octingentésima octogésima sétima reunião
3 Plenária Ordinária do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo – 6ª Região, à
4 Rua Arruda Alvim, oitenta e nove. Estiveram presentes 22 conselheiros(as), sendo
5 essas(es) efetivas(os) e suplentes, a seguir indicadas(os): Adriana Eiko Matsumoto,
6 Aristeu Bertelli da Silva, Elisa Zaneratto Rosa, Guilherme Luz Fenerich, Ilana Mountian,
7 Joari Aparecido Soares de Carvalho, José Agnaldo Gomes, Luís Fernando de Oliveira
8 Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Maria Ermínia Ciliberti, Marília Capponi, Moacyr
9 Miniussi Bertolino Neto, Alacir Villa Valle Cruces, Camila Teodoro Godinho, Dario
10 Henrique Teófilo Schezzi, Gustavo de Lima Bernardes Sales, Lívia Gonsalves Toledo,
11 Maria das Graças Mazarin de Araújo, Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso, Sandra
12 Elena Sposito, Sergio Augusto Garcia Junior e Silvio Yasui, conforme lista de presença
13 anexa que é parte integrante desta ata. **ORDEM DO DIA: I) JUSTIFICATIVA DE**
14 **AUSÊNCIAS** - Foram consideradas as justificativas de ausência das(os) demais
15 conselheiras(os): Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Camara, Janaína Leslão
16 Garcia, Bruno Simões Gonçalves e Regiane Aparecida Piva. **II) APROVAÇÃO DE**
17 **ATAS DAS PLENÁRIAS 1808ª (08/11/14), 1812ª (05/12/14); 1813ª (06/12/14) –**
18 **Encaminhamento:** As atas das Plenárias Ordinárias nº 1812ª (05/12/14) e 1813ª
19 (06/12/14) foram aprovadas com alterações propostas pelo plenário e a minuta da ata
20 da Plenária Ordinária nº 1808ª (08/11/14) será reenviada para a conselheira Maria
21 Ermínia Ciliberti, conforme sua solicitação e voltará a pauta das próximas plenárias
22 para aprovação. **III) ANÁLISE DE CONJUNTURA** – O conselheiro Dario Henrique
23 Teófilo Schezzi comenta sobre a nomeação, pelo Ministro da Saúde Marcelo Castro do
24 novo Coordenador da Saúde Mental, Valencius Wurch Duarte Filho, Como medida de
25 protesto, os movimentos sociais organizaram uma ocupação em frente à sede do
26 Ministério da Saúde e chamaram o CRP SP para também participar dessa ação. Na
27 condição de representante do CRP, participou duas vezes da ocupação, primeiro entre
28 os dias 19 e 20 de dezembro de 2015 e depois no dia 31 de dezembro. Para ele, foi
29 uma ação importante para realizar a discussão com os movimentos sociais. Faz crítica
30 a ausência de usuários nessa ação. Há grande dificuldade de perceber a existência de
31 movimento ligado à área de saúde mental “vivo” no estado de São Paulo, assim como
32 em todo o Brasil. O conselheiro Silvio Yasui comenta que o cenário a ser enfrentado
33 será de ataques a Reforma Psiquiátrica nas políticas de Estado e de Governo. Portanto,
34 necessitará, mais do que nunca, do apoio daqueles que ao longo dos anos a
35 construíram os movimentos sociais. Para a conselheira Maria Ermínia Ciliberti, o ano de



36 2012 foi o fechamento de um ciclo político que culminou com as manifestações em
37 2013, o que alterou a forma de trabalho junto ao estado e a forma como os movimentos
38 sociais se organizam. Foi um momento de esforço de empoderamento dos movimentos
39 sociais e de luta por mais representatividade. Houve retrocesso em toda a América
40 Latina. A mudança no Ministério da Saúde não representa apenas uma disputa
41 partidária, mas da capacidade de aglutinar outros partidos e grupos. Alguns partidos e
42 movimentos ficaram perdidos sobre manifestarem-se ou não contra o Governo. No
43 Estado de São Paulo já existia uma análise da necessidade de enfrentamento imediato,
44 construção de um Fórum que aglutinasse os movimentos sociais, inclusive da luta
45 antimanicomial, para enfrentar o governo. Quando foi anunciado pelo Ministério da
46 Saúde que o Coordenador da Saúde Mental seria o Valencius Wurch Duarte Filho, um
47 coletivo de entidades e movimentos sociais se organizaram para pedir uma audiência
48 com um Ministro, resultando em uma carta com mais de 600 assinaturas. Em paralelo,
49 a Associação Brasileira de Saúde Mental e o Conselho Federal de Psicologia pediram
50 audiência com o ministro. A RENILA queria organizar a ocupação com os movimentos.
51 O Ministério da Saúde respondeu apenas à solicitação do Conselho Federal de
52 Psicologia e não ao pedido dos movimentos, o que gerou muita discussão se deveria se
53 exigir que o CFP fosse à audiência com os movimentos sociais, sendo que finalmente
54 essa reunião ocorreu com a presença dos movimentos e entidades em função da
55 exigência dos mesmos ao CFP. Recentemente, tivemos notícia de uma audiência com
56 o coordenador de saúde mental de São Paulo, em nome dos movimentos sociais, mas
57 que não circulou de forma ampla entre grupos e entidades. A audiência contou apenas
58 com pessoas ligadas ou muito próximas ao Partido que hoje está na prefeitura de São
59 Paulo e questiona-se a legitimidade de uma audiência em nome do movimento social
60 construída dessa forma. O CRP SP estava representado na reunião, mas o contato foi
61 feito direto com conselheiros, não chegando demanda pelos canais oficiais do CRP. A
62 Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo foi criada em 2011, incentivada pelo
63 CRP, e sempre tentou aglutinar os movimentos sociais. Na região do Grande ABC há
64 um funcionamento mais orgânico, que na capital, onde o funcionamento é mais
65 complexo. Nesse enfrentamento, em São Paulo, começou-se a organizar as
66 mobilizações que ocorrem nos dias 18 de cada mês (em referência ao dia 18 de maio,
67 dia da luta antimanicomial). Moacyr Miniussi Bertolino Neto contou que vem
68 participando desde o começo das articulações, sendo que, inicialmente, a articulação
69 teve participação maciça de pessoas que não estavam representando nenhum
70 movimento, mas respondiam a uma massa de pessoas que reagiram a essa nomeação.
71 Quando do ato em Brasília, foi proposta uma articulação nacional para conduzir a
72 ocupação que incluía as frentes constituídas em São Paulo, Rio de Janeiro e Paraíba.
73 Alguns movimentos e entidades têm feito reuniões periódicas para fazer essa



74 discussão, inclusive a Frente Estadual Antimanicomial de São Paulo, que tem feito
75 reuniões ampliadas e promoveu, no dia 18 de janeiro, uma mobilização na Avenida
76 Paulista, em São Paulo, que contou com a participação de mais de 1.500 (um mil e
77 quinhentas) pessoas. Também é um local de articulação de movimentos e entidades.
78 Para o CRP SP criar espaços para a articulação deve estabelecer estratégias com
79 movimentos sócias do estado, todavia, sabe-se que essa dificuldade de diálogo tem a
80 ver com a forma como eles se articulam. Embora o CRP nunca tenha cobrado
81 protagonismo nessa articulação, desde que ela começou, o CRP SP já desembolsou
82 cerca de R\$ 26.000 (vinte e seis mil reais) em apoio aos movimentos pela defesa da
83 Reforma Psiquiátrica na ação de ocupação da Coordenação de Saúde Mental. Durante
84 a realização da Conferência Nacional de Saúde, a Renila organizou uma reunião dos
85 movimentos da luta antimanicomial onde foi possível aprovar uma moção. O CRP
86 apoiou essa Conferência através do custeio da ida de um ônibus para levar
87 representantes de movimentos, e que foi composto, em grande parte por
88 representantes do Fórum de Saúde do ABC. **Encaminhamentos:** O plenário corrobora
89 que o CRP não deve ter posição partidária, porém manterá sua posição histórica de
90 agregar e aglutinar forças políticas, entidades e movimentos sociais. Deve-se envidar
91 esforços para unificar as pautas, deixando de lado pequenas divergências, ou seja,
92 manterá o diálogo com todos os coletivos que o procurarem. As ações relativas ao Dia
93 18 de maio devem ter como diretriz as bases da discussão e será mantido o apoio à
94 Frente Estadual Antimanicomial. Fica registrada a proposta de que essa pauta seja
95 levada para debate no Congresso da Ulapsi. **IV) POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL DO**
96 **CRPSP – 4.1) Plano Estadual de Saúde Mental do CRPSP –** Elisa Zaneratto Rosa
97 comenta sobre a importância de tratar a política de saúde mental de forma transversal,
98 na interface com outras áreas. Afirma sobre a necessidade de um projeto
99 comprometido com as perspectivas de futuro e as possibilidades em relação à política
100 de saúde mental, o que inclui a atuação profissional, na medida em que ela é
101 impactada por isso. É importante preparação um plano de ação do CRP SP para atuar
102 em relação a esse tema. O plano pelo CRP deve buscar novas estratégias para que o
103 mote que defendemos não esteja apenas em discurso, mas se traduza em ações de
104 defesa da Reforma Psiquiátrica. Especificamente sobre a região de Sorocaba, o
105 conselheiro Sergio Augusto Garcia Junior conta que, com dificuldades, conseguiu
106 avançar na articulação de atividades em prol do dia 18 de maio. **Encaminhamentos:**
107 Inicialmente serão resgatadas as diversas discussões de plenárias sobre a defesa da
108 luta antimanicomial e constituído um grupo nomeado GT Saúde Mental e composto por:
109 Marília Capponi, Maria Ermínia Ciliberti, Dário Henrique Teófilo Schezzi, Silvio Yasui,
110 Elisa Zaneratto Rosa, Moacyr Miniussi Bertolino Neto, Sérgio Augusto Garcia Júnior,
111 além de representantes de todas as subsedes. A ideia é que o grupo pense sobre o



112 Plano Estadual de Saúde Mental do CRP SP. As tarefas desse grupo serão as
113 seguintes: a) cuidar das ações do CRP em prol da Semana da Luta Antimanicomial,
114 aglutinando movimentos sociais e fomentando o diálogo entre e com eles. O grupo
115 deverá considerar a sugestão desta plenária de realizar uma Mostra de Práticas da
116 Psicologia nesse campo; b) debater sobre a representação do CRP na Frente Estadual
117 Antimanicomial, ou seja, a substituição do representante ou a saída do CRP SP desse
118 espaço; c) a pauta do movimento de saúde mental será pelo viés da defesa dos direitos
119 humanos e a discussão, assim como a racial e de sexualidade, deve ser intersetorial.

120 **4.1.1) Representação do CRPSP na Frente Estadual Antimanicomial** – Aristeu
121 Bertelli da Silva solicitou deixar de representar o CRP junto à Frente Estadual
122 Antimanicomial. Sendo assim, o plenário deve debater a respeito da manutenção dessa
123 representação nesse espaço. A conselheira Maria Ermínia Ciliberti cita que não se deve
124 isolar o CRP dos movimentos. Entende que o CRP deve ser protagonista e aglutinador.
125 Considera que a única pessoa que pode assumir essa representação é a presidente,
126 Elisa Zaneratto Rosa. **Encaminhamentos:** Acatada a ausência de representante do
127 CRPSP nas próximas reuniões da Frente Estadual Antimanicomial. O GT Saúde Mental
128 deverá elaborar um plano de ação e poderá indicar um nome para representar o CRP
129 nesse espaço. Nesse interim, não há impedimento do CRP SP articular com grupos que
130 não compõem a Frente. **4.1.2) 5º Congresso de Saúde Mental da ABRASME (26 a 28**
131 **de maio de 2016, em São Paulo)** - Com relação ao 5º Congresso de Saúde Mental da
132 ABRASME, que será realizado entre os dias 26 e 28 de maio de 2016, em São Paulo, a
133 participação do CRP SP deve ser pautada pela qualificação da atuação profissional das
134 psicólogas em saúde mental. Houve proposta de fazer um encontro das pessoas
135 ligadas às práticas com os usuários, em uma atividade similar às da Tenda Paulo
136 Freire. O CRP SP tem potência no apoio aos movimentos sociais e assim, pensa que a
137 participação do CRP SP pode ser de um espaço para trabalhar com a categoria. A
138 mesa diretora corrobora com o apoio do CRP SP à realização desse evento. Cabe,
139 então, ao plenário discutir quais propostas de atividades serão sugeridas.
140 **Encaminhamento:** O CRP SP apoiará o Congresso da Abrasme. A participação deste
141 Conselho será voltada à qualificação da atuação profissional. Devem ser propostas
142 atividades que pautem a defesa da reforma pública antimanicomial e da educação
143 popular, na busca por articular com a Campanha de Direitos Humanos, no sentido de
144 demonstrar a violência de Estado. Incumbe-se o GT Saúde Mental composto nesta
145 plenária para que faça o escopo dessa participação, a partir dessas propostas do
146 plenário. **4.1.3) Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde** –
147 Graça Maria de Carvalho Camara comenta que a psicóloga Gabriela Martins tem feito a
148 representação do CRP SP juntamente com o gestor da Subsede de Assis, João Renato
149 Pagnano, nas reuniões da Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde.



150 Propõe seja recomposta essa comissão, visto que o CRP tem força nesse espaço.
151 **Encaminhamento:** O GT de Saúde Mental deverá rearticular a participação do CRP
152 SP na Comissão de Saúde Mental do Conselho Estadual de Saúde. O GT também
153 deverá considerar as regiões do estado que requerem ações específicas nesse campo.
154 **V) PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO (PEE) –** O conselheiro Luís Fernando de
155 Oliveira Saraiva conta que no ano passado o CRP SP foi protagonista na articulação de
156 diversos coletivos para discussão sobre o Plano Municipal de Educação (PME). A partir
157 desse protagonismo na discussão do PME, o CRP SP passou a ser chamado para a
158 discussão do Plano Estadual de Educação (PEE), mas não havia definido suas
159 diretrizes políticas. As discussões de sexualidade e gênero são necessárias e às
160 práticas escolares para não reforçarem antigas ideologias. Há projetos muito parecidos
161 do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), além
162 de projeto do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Há uma colaboradora do
163 Núcleo de Sexualidade e Gênero que acompanha essas reuniões sobre o PEE e no
164 Núcleo tem a clareza de que a discussão é necessária e também consideraram
165 importante o tema raça, mas consideram que no atual período de fundamentalismo
166 político, há pouco apoio político para abranger essa discussão. Pontua que a discussão
167 sobre raça tem sido usada como moeda de troca, ou discute-se gênero ou raça. Assim,
168 pondera que como o CRP faz a discussão desses dois temas conjuntamente, é
169 necessário que o plenário avalie se assumirá esse enfrentamento, que é maior. O NSG
170 consultou o Núcleo de Educação a fazer análise do PEE para que a discussão fosse
171 além da área de sexualidade e gênero, porém a conselheira Mirnamar Pinto da
172 Fonseca Pagliuso conta que o Núcleo de Educação participou dessa discussão de
173 forma incipiente. O Núcleo tinha duas pessoas no Fórum Estadual de Educação,
174 embora oficialmente não componha esse espaço, mas houve prejuízo porque essas
175 pessoas não puderam continuar acompanhando essa discussão. Comenta que o NE
176 está com dificuldades de acompanhar essa pauta porque os membros do Núcleo que
177 são da capital têm estado ocupados com outras demandas. Considerações dos
178 Presentes: Sandra Elena Sposito conta que o Núcleo de Sexualidade e Gênero da
179 Subsede de Bauru fez o enfrentamento na Câmara dos Vereadores e, junto com o
180 movimento estudantil e outros movimentos, conseguiu uma articulação com a
181 Secretaria de Educação, o que possibilitou que realizassem um curso para professores
182 da Rede Municipal de Ensino, sobre as questões de sexualidade e gênero e diz que o
183 material produzido para esse curso fica à disposição de quem tiver interesse.
184 Ponderou-se quão importante é trabalhar transversalmente dessa pauta e fomentar a
185 perspectiva da Psicologia da forma como se deve realizar o debate sobre a questão de
186 gênero na educação, qualificando-o, e envolvendo estudantes, além de utilizar os
187 grandes eventos, como o Fórum Social Mundial, para mapear coletivos e movimentos



188 estudantis. Citou-se que haverá evento preparatório para o IX CNP sobre educação e
189 que esse debate poderá ser incorporado. Registra-se a indicação de Madalena Guasco
190 Peixoto para ajudar nessa discussão. **Encaminhamentos:** O entendimento do plenário
191 é que se deve fomentar e aprofundar uma discussão do Plano Estadual de Educação
192 como um todo, e não somente no recorte da sexualidade e gênero, com vistas a
193 produzir um acúmulo para a próxima gestão. Posto isso, estabelece a criação de um
194 grupo *Ad hoc* para cuidar dessa demanda. Colaboradores também poderão ser
195 acionados para qualificar essa discussão. Deve-se evidenciar as contribuições da
196 Psicologia e das suas práticas profissionais para essa discussão nas escolas. O Núcleo
197 de Educação encabeçará essa ação, com apoio do Núcleo de Sexualidade e Gênero.
198 Cabe ao Núcleo de Educação também mapear coletivos e movimentos para auxiliar
199 nessa pauta, incluindo movimentos de estudantes e jovens. **VI) COORDENAÇÃO**
200 **TÉCNICA**– Na última plenária, houve manifestação de preocupação com relação ao
201 trabalho que será realizado pela coordenação técnica que auxiliará a dar andamento
202 aos projetos da gestão. Foi encaminhada a realização de uma reunião entre a diretoria,
203 representante do Núcleo de Psicologia Organizacional e do Trabalho e o psicólogo de
204 Recursos Humanos, Luiz Carlos Francisco Júnior, para fazerem o desenho do perfil
205 profissional dessa(e) profissional que será contratada(o). Trata-se de um cargo que não
206 havia sido desenhado nesta gestão. O desenho do novo Plano de Cargos, Carreira e
207 Salários (PCCS) traz a previsão de um supervisor para a Comissão de Ética (COE) e
208 outro para a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), além de duas
209 coordenadorias técnicas. O PCCS vigente prevê apenas as duas coordenadorias. Posto
210 isso, a conselheira presidente, Elisa Zaneratto Rosa, informa que uma alternativa
211 pensada pelo grupo foi de utilizar esse cargo vago de coordenação técnica, de acordo
212 com o PCCS vigente, para acompanhar o cotidiano do trabalho do setor técnico, com
213 vistas ao projeto político da gestão. Justifica que não será possível para apenas uma
214 pessoa, como coordenadora técnica, conseguir aglutinar as funções das pautas
215 políticas e do acompanhamento técnico. Portanto, a ocupação da segunda vaga torna-
216 se pertinente, desde que as duas coordenadorias estejam alinhadas. Além disso, houve
217 também uma reunião com o conselheiro presidente da COF, Luiz Eduardo Valiengo
218 Berni, para verificar quais as questões que têm aparecido por parte dos trabalhadores
219 da área técnica da COF e o que tiveram de retorno são queixas de que muitas ações e
220 diretrizes da gestão não são passadas, pois não há diálogo entre a coordenação e a
221 equipe técnica. Por outro lado, se tem o entendimento de que a participação dos
222 funcionários nos eventos e reuniões dos grupos possibilitará a apropriação da equipe
223 quanto às discussões e posicionamentos da gestão, mas já foram pensados em
224 mecanismos para difundir as diversas deliberações. Nesse momento, a conselheira
225 Maria Ermínia Ciliberti solicita que conste sua abstenção neste debate e relembra a



226 falta de definição do papel do psicólogo de Recursos Humanos no CRP, da
227 necessidade de discussão que também envolve outros setores, citando como exemplo
228 o setor de Secretaria que, muitas vezes, desempenha atividades de outros
229 departamentos. Outro ponto que considera prioritário é a falta de reposição de
230 funcionários em alguns setores, como Departamento de Eventos e de Secretaria. Para
231 ela, essa discussão não deve ser iniciada pela inclusão de cargos de confiança. A mesa
232 diretora esclarece que existe uma preocupação em ter acordo com a equipe e estão
233 sendo consideradas as opiniões dos trabalhadores da Comissão de Ética e da
234 Comissão de Orientação e Fiscalização para melhorar o diálogo, visando à garantia de
235 discussão conjunta. **Encaminhamento:** O plenário concorda que seja dada
236 continuidade ao processo de contratação de nova Coordenadora Técnica para as
237 Comissões de Ética e de Orientação e Fiscalização. **VII) CONGRESSO ULAPSI 2016** –
238 Considerando a realização do próximo Congresso da União Latino-americana de
239 Entidades de Psicologia - Ulapsi neste ano, as entidades da Psicologia brasileira se
240 reunirão para debater a respeito dos temas que irão propor para esse Congresso. Por
241 essa razão, pergunta ao plenário os temas relevantes para defender durante essa
242 reunião. **Encaminhamento:** O plenário definiu que o CRP SP deve propor os seguintes
243 temas: **a)** Reforma Psiquiátrica, devido à situação da saúde mental no país; **b)** Violência
244 de Estado e Estatuto da Criança e do Adolescente, que são os temas das duas grandes
245 campanhas desta gestão; **c)** Avanço do Fundamentalismo Religioso na América Latina;
246 **d)** Avanço da Democracia e do poder popular na América Latina, sendo que para esse,
247 pode-se aguardar o que as demais entidades da Ulapsi apresentarão; **e)** Enfrentamento
248 à Desigualdade Social na América Latina. Para os temas propostos nos itens 'c', 'd' e
249 'e', indica-se que sejam apresentados em conjunto com outras entidades da Psicologia
250 brasileira. **VIII) NOTA TÉCNICA SOBRE O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO A**
251 **PESSOAS EM CONFLITO COM SUA ORIENTAÇÃO SEXUAL** – Luís Fernando de
252 Oliveira Saraiva conta ao plenário que a nota ainda não foi finalizada pelo Núcleo de
253 Sexualidade e Gênero, portanto, repautará esse ponto nas plenárias ordinárias que
254 serão realizadas em fevereiro. **IX) APRECIÇÃO DE PROCESSOS PESSOA FÍSICA**
255 **E JURÍDICA** – O conselheiro secretário apresentou ao plenário os processos de
256 pessoa física e jurídica para apreciação. **Encaminhamento:** O plenário referendou a
257 aprovação dos processos: Pessoa física - 314 (trezentas e quatorzes) inscrições novas;
258 82 (oitenta e duas) reativações; 11 (onze) inscrições secundárias; 22 (vinte e duas)
259 inscrições por transferência, 287 (duzentos e oitenta e sete) cancelamentos a pedido, 6
260 (seis) cancelamentos por óbito e 15 (quinze) cancelamentos por transferência, 3 (três)
261 cancelamentos por inscrição secundária, 33 (trinta e três) cancelamentos por não
262 apresentação do diploma. E de Pessoa jurídica – 26 (vinte e seis) registros; 4 (quatro)
263 cadastros, 3 (três) alterações contratuais e 21 (vinte e um) cancelamentos a pedido.



264 Total Geral de processos aprovados para pessoa física e jurídica: 827 (oitocentos e
265 vinte e sete), conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. Nada mais
266 havendo a tratar a senhora conselheira presidenta deu por encerrada a sessão, da qual
267 eu, conselheiro secretário José Agnaldo Gomes, lavrei a presente Ata, que lida e
268 aprovada será assinada por todos os presentes. São Paulo, vinte e nove de janeiro de
269 dois mil e dezesseis.

Adriana Eiko Matsumoto

Moacyr Miniussi Bertolino Neto

Aristeu Bertelli da Silva

Alacir Villa Valle Cruces

Elisa Zaneratto Rosa

Camila Teodoro Godinho

Guilherme Luz Fenerich

Dario Henrique Teófilo Schezzi

Ilana Mountian

Gustavo de Lima Bernardes Sales

Joari Aparecido Soares de Carvalho

Lívia Gonsalves Toledo

José Agnaldo Gomes

Maria das Graças Mazarin de Araújo

Luís Fernando de Oliveira Saraiva

Mirnamar Pinto da Fonseca Pagliuso

Luiz Eduardo Valiengo Berni

Sandra Elena Sposito



**Conselho Regional
de Psicologia SP**

Conselho Federal de Psicologia
Conselho Regional de Psicologia da
6ª Região - CRP-06

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
Cep 05410 020, São Paulo, SP
Tel (11) 3061 9494, fax (11) 3061 0306
e-mail info@crpsp.org.br
website www.crpsp.org.br

Maria Ermínia Ciliberti

Sergio Augusto Garcia Junior

Marilia Capponi

Silvio Yasui
